

O que a mulher faz para fugir do assédio

16 Dezembro 2016, Leonel Matusse Jr.



DE cabeça para baixo, com o olhar distante, aparentemente, distraído faz-se à rua. Eliana Nzualo vai até ao banco, a escassos quarteirões do seu posto de trabalho, à busca de alguns esclarecimentos.

Mas não é para se esquivar do sol intenso que se faz sentir nesta altura do ano, na cidade de Maputo, se não usava óculos de sol, é para não encarar olhares masculinos que, muitas vezes, estão à caça de uma “presa”. À semelhança dela, muitas mulheres se fazem à rua com auriculares nos ouvidos e outros artefactos que as protejam de diversos tipos de violência a que estão expostas numa sociedade machista como a nossa. Conforme um estudo da ONU Mulheres, seis em cada dez mulheres é vítima de assédio e violência baseada no género, na capital.

Encontrámos a jovem Eliana Nzualo no seu posto de trabalho, no requintado bairro da Sommarchield, na manhã solorenta de ontem. Ela nasceu e reside em Maputo, entretanto estudou no Brasil e em Portugal, respectivamente. Gere seu *blog* pessoal, com publicações regulares às sextas-feiras.

Conta-nos que os assédios na rua são constantes e que até considera normais. “Não passa um dia que eu não passe por isso”, revela. A sua estratégia, além de se fingir distraída e alheia ao que acontece ao seu redor quando está sozinha, é ignorar “para não correr o risco de agressões maiores”.

No momento, recorda de vários episódios, mas de um em particular, que um moço até chegou a agarrar-lhe pelo braço porque ela ignorou a sua saudação.

“Sinto que não posso ir à Polícia porque eles hão-de me perguntar o que aconteceu e quando eu contar irão minimizar o episódio. No trabalho, por exemplo, caso eu apresente um assunto ao departamento de recursos humanos, tentarão persuadir-se a esquecer o caso de assédio”, considera Eliana Nzualo.

Acrescenta, ainda no mesmo fio de pensamento, que tem a impressão de a sociedade entender que o mundo pertence aos homens e para justificar exemplificou: caso uma rapariga vá contar aos pais que um vizinho tem a interpelado com comentários inadequados e, em algum momento, a insultado, o conselho será o de evitar qualquer tipo de contacto.

MUNICÍPIO ASSINA ACORDO COM A ONU MULHERES



Na passada terça-feira o presidente do Conselho Municipal da cidade de Maputo, David Simango, assinou um acordo com a representante da ONU Mulheres, residente em Moçambique, Florence Rais, no âmbito da luta contra a violência baseada no género.

Na ocasião, procedeu, igualmente, ao lançamento do projecto “Cidade Segura e Livre de Violência contra a Mulher e a Rapariga”, uma iniciativa global, encabeçada pela ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Géneros e Empoderamento das Mulheres.

Na senda do mesmo projecto foi feito um estudo envolvendo 376 mulheres (mais de 28 anos de idade) e raparigas (dos 12 aos 17 anos de idade), em dois distritos municipais da capital, KaMaxakeni e Nhlamankulu. A pesquisa teve coordenação científica conduzida por Esmeralda Mariano do departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Este estudo revelou que seis em cada dez mulheres são vítimas de algum tipo de violência em espaços públicos. Foram levadas em consideração dois tipos de violência: a física e a psicológica.

Conforme o esclarecimento da pesquisa, por violência psicológica, refere-se a “insultos, comentários, insinuações e gestos sexuais, ameaças, roubo (de carteira, telemóvel, dinheiro, bens) sem uso da força.

Já a violência física aponta as atenções para “empurrões, esbofetear e bater, violência sexual ou assédio sexual; Agressão física, sexo forçado, apalpar e toques nas partes íntimas do corpo (mamas, nádegas, pernas, sexo) sem consentimento”.

Notou-se, das pessoas inquiridas, que a sua percepção da violência sexual “alguém conquistar, a mulher/rapariga negar e depois ser insultada num espaço público”, seguido de “pegar nas partes íntimas sem a sua autorização”.

A agressão sexual foi a forma de violência menos relatada. Por conseguinte, 61,1 um por cento de raparigas e 42 por cento de mulheres afirmam que foram conquistadas, mas por terem-se recusado foram insultadas num espaço público.

41,5 por cento de raparigas e 33,5 por cento de mulheres foram apalpadas nas suas partes íntimas. E 4,5 de raparigas e 3,4 das mulheres é que assumiram ter sido agredidas e terem feito sexo forçado.

Constatou também que os locais onde se regista mais casos são a rua (53,9 por cento), seguido da barraca (23, 2 por cento) e bar ou discoteca (8,4 por cento).

David Simango disse, no seu discurso, que a edilidade está comprometida com a questão da equidade do género. E que os resultados do relatório irão ajudar na concepção de políticas para proteger a mulher e a rapariga.

MUDAR A EDUCAÇÃO



O perfil de violadores que a pesquisa aponta revela tratar-se de homens jovens, com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos, que não frequentam a escola, estão desempregados e consomem drogas.

Entretanto, Eliana discorda pois, pela sua experiência, que não há nenhuma relação com a classe social nem nível académico.

“Há dias, dois moços tentaram parar-me na rua para essas paqueras, mas estavam bem vestidos e apresentados, provavelmente até trabalhem aqui na Sommarkield. Daí que não me parece que haja alguma relação com os níveis”, observou.

Para si, todos os homens cometem assédios, não obstante afirma que as mulheres são cúmplices de forma inocente em alguns casos. O facto de, ilustrou, nas saídas com amigos, ajudar a um amigo a paquerar outra mulher, que *à priori* já disse não estar interessada é um manifesto dessa convivência.

O que está em causa, na verdade, segundo defende, é “a forma como é construída a masculinidade dos homens, como educamos o homem e a mulher. A sociedade pensa que ele tem toda a liberdade do mundo e a mulher não”.

Eliana Nzualo sustenta que a partir do momento que quando numa família o rapaz ao acordar não tem que fazer nada e a menina tem que ajudar nas tarefas de casa, estamos a construir neles a ideia de superioridade que se repercute na maior idade.

O HOMEM NÃO ACEITA REJEIÇÃO

Por outro lado a jurista Jéssica Psungo, a quem encontramos na Universidade São Tomás, próximo ao seu posto de trabalho, recordou-se de um episódio da sua adolescência. Estudante do Colégio Kitabo, na altura, depois das aulas, às vezes, comprava o lanche num estabelecimento próximo. “Bem perto do Kitabo, que é privada, está a Escola Secundária da Polana, que é pública. Então, íamos comprar lanche e uns moços da Polana assobiaram, porque não os conhecíamos, mas ignoramo-lhes e eles começaram a insultar-nos”, narra.

Como mulher, considera que é comum numa sociedade machista ser vítima de violência em todas as perspectivas possíveis. E na cidade de Maputo, adverte, “a zona da baixa é o pior lugar de todos, basta olharem para a silhueta feminina que vêm para cima”.

E estas situações não têm idade, prossegue, desde que seja mulher está propensa a passar por um assédio ou qualquer outro tipo de violência.

Na sua opinião, tal ocorre como uma reação de quem não sabe perder. Argumenta que os seres humanos, os homens, sobretudo, não sabem lidar com a rejeição. Daí desemboca toda a violência.

A SOCIEDADE CIVIL DEVE SER MAIS ACTIVA



Jéssica Psungo defende que o cenário só poderá mudar caso se aposte em políticas sérias envolvendo todos os sectores da sociedade, com especial actuação da sociedade civil, a quem acusa de nada estar a fazer, em concreto, para além de marchas reactivas.

“Há necessidade de se conscientizar as pessoas sobre os direitos humanos, como um todo, não só estes das mulheres para que as pessoas percebam o todo do problema que é esta situação”, afirma.

Por sua vez, respondendo a sua veia de jurista, considera que há que se penalizar, de forma mais gravosa, qualquer comportamento que atente com a integridade da mulher.

Acrescentou igualmente que a família deve pautar por uma educação que ensine desde pequeno que os homens e mulheres tenham respeito e tratamento igual.

MELHORAR CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DOS BAIROS

A equipa de investigadores depois de avaliar os factores que concorrem para a violência contra a mulher, que passam por questões estruturais como o baixo grau de iluminação pública nos bairros que põem em causa as condições de segurança e factores socioculturais, deixaram algumas recomendações: “melhorar as condições estruturais e organizacionais dos bairros, através do alargamento dos becos e garantindo iluminação adequada por parte da Electricidade de Moçambique; requalificação dos espaços dos bairros e realização de parcerias com iniciativas que lutam contra a violência”.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/pagina-da-mulher/63880-o-que-a-mulher-faz-para-fugir-do-assedio.html>